

Sr. Subsecretário-Adjunto,

Cuida o presente administrativo dos procedimentos necessários para efetivação da inscrição do servidor **ALEXANDRE FONSECA DO ROSÁRIO**, matrícula n. 02/004277, para associação junto ao **INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL (IIA Brasil)**.

Preliminarmente, impende o registro que a solicitação para a pretensa contratação consta na Solicitação Interna n. AUD0017/2024 (peça eletrônica n. 6).

Tendo em vista os autos ter percorrido as etapas administrativas necessárias para a contratação em tela, a **Coordenadoria de Licitações e Contratos (CLC)**, em sua instrução datada de 06/02/2024, informa que:

- a) A contratação dar-se-á por meio de inexigibilidade de licitação, com fulcro no inciso III, alínea f e § 3º do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- b) O valor da inscrição para a associação foi fornecido por meio do e-mail do Instituto, sendo o custo total no montante de **R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, peça eletrônica n. 4;
- c) Para justificar o preço da inscrição, foi efetuada diligência junto ao portal do Instituto, na *internet*, certificando-se de que a publicação neste veículo caracteriza divulgação abrangente e não diferenciada, conforme disposto no inciso VII do art. 72 da Lei Federal n. 14.133/2021;
- d) A Instituição confirmou o cadastro da inscrição do servidor (peça eletrônica n. 4); e
- e) A futura contratada preenche, no momento, as condições de habilitação exigidas, além de não haverem impedimentos diretos e indiretos (peças eletrônicas n.s 1 e 2).

Dito isto, vê-se nos autos que o prazo de vigência da associação é de 12 (doze) meses, e que com a inscrição o servidor terá acesso a inúmeros benefícios, como cursos, documentos técnicos, acesso e participação nas pesquisas nacionais e internacionais, além de inúmeras outras oportunidades.

No que concerne aos documentos de habilitação, verificamos que a empresa, no momento, se encontra em situação regular.

Por derradeiro, impende o registro quanto ao esclarecimento prestado pelo Instituto relativo a **não emissão de nota fiscal**, mas, tão somente recibo de pagamento (peça eletrônica n. 3), o que encontra respado no § 2º do art. 12 e no *caput* e § 3º do art. 15 da Lei Federal n. 9.532/1997, *in verbis*:

Art. 12. Para efeito do disposto no art. 150, inciso VI, alínea "c", da Constituição, considera-se imune a instituição de educação ou de assistência social que preste os serviços para os quais houver sido instituída e os coloque à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem fins lucrativos.

§ 2º Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos: (...)

Art. 15. Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais houverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinam, sem fins lucrativos.

§ 3º Às instituições isentas aplicam-se as disposições do art. 12, § 2º, alíneas "a" a "e" e § 3º e dos arts. 13 e 14.

Com efeito, a **CLC**, encaminhou os autos à d. **Procuradoria-Geral do Tribunal (PGT)**, que, após a análise jurídica da inexigibilidade de licitação em tela, na forma do § 4º do art. 53 c/c inciso III do art. 72, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021, **exarou o seguinte parecer favorável**:

"Inicialmente, nota-se que a presente contratação direta encontra amparo no art. 74, III, alínea "f" e § 3º, da Lei nº 14.133/21, por se tratar de serviço técnico especializado de treinamento e aperfeiçoamento profissional, havendo nos autos elementos que demonstram a notória especialização do prestador.

Outrossim, consta nos autos justificativa quanto à escolha do executante e ao preço praticado, estando atendidas as exigências do art. 72 da Lei nº 14.133/21.

Por fim, em relação aos requisitos de habilitação, verifica-se que foram juntadas aos autos documentos e certidões, devendo a Administração atentar-se para o atendimento a essas exigências legais no momento em que efetuar a contratação.

Dessa forma, não se vislumbra óbice do ponto de vista jurídico-formal no procedimento em tela, razão pelo qual se opina pela juridicidade da contratação direta, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei nº 14.133/21."

Ante o exposto, tendo em vista as diligências empreendidas pela **CLC** e o parecer favorável da d. **PGT**, **opino** pela autorização da presente contratação com determinação de empenho à **Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG)** e, em seguida, o encaminhamento à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as providências de praxe.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

Eduardo dos Santos
Assistente
Matr.: 02/004829/0-6

À Coordenadoria de Planejamento Gerencial e Execução Orçamentária (CPG),

Manifestando-me de acordo com a proposta formulada pela Assessoria desta SUBLIC, e o parecer favorável da d. Procuradoria-Geral deste Tribunal (PGT), peça eletrônica n. 8, **AUTORIZO**, com fulcro no inciso VIII do art. 72 e na alínea “f” do inc. III e § 3º do art. 74 da Lei Federal n. 14.133/2021 c/c Ato Executivo n. 25.541, de 03/04/2023, a contratação direta pretendida e a emissão de empenho, no valor de **R\$250,00 (duzentos e cinquenta reais)**, à conta do orçamento do presente exercício financeiro, em favor do **INSTITUTO DOS AUDITORES INTERNOS DO BRASIL**, CNPJ n. 62.070.115/0001-00, com posterior envio à **Coordenadoria de Gestão Administrativa de Contratos (CGA)**, para as medidas de praxe concernentes à gestão contratual, recomendando atentar-se para a validação das certidões de regularidade da futura contratada, o que inclui a publicidade da Nota de Empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), o que deverá ocorrer em até 10 (dez) dias úteis de sua emissão, em observância ao disposto no inciso II do art. 94 e inciso I do art. 174, ambos da Lei Federal n. 14.133/2021.

SUBLIC, na data da assinatura digital.

LUIZ CARLOS DE JESUS SILVA
Subsecretário-Adjunto
Matr.: 02/4265-0-6